

# O segmento de meia idade: análise sobre os desdobramentos do padrão de acumulação flexível em sua inserção produtiva<sup>1</sup>

Flávia Santana Rodrigues\*

## Resumo

Este artigo tem como objetivo discriminar as mudanças ocorridas, durante a década de 1990, nas condições de atividade dos trabalhadores de meia idade da RMS, baseando-se nas informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Para isso, considera-se que as alterações provocadas pelo novo paradigma de flexibilização capitalista sobre o mercado de trabalho tem seus traços de precarização acentuados por questões históricas que remontam à formação do modelo fordista de industrialização brasileiro, que possui, dentre outras características, uma estrutural desigualdade regional na forma em que se desenvolveu, tornando o plano nacional bastante heterogêneo em seus aspectos econômico, social, político e cultural e, assim, interferindo, sobretudo, na qualidade de vida de seus habitantes.

**Palavras-chave:** fordismo, desigualdades regionais, mercado de trabalho brasileiro, trabalhadores de meia idade, flexibilização capitalista, precarização do trabalho.

## Abstract

*This paper aims to distinguish the changes which occurred, during the nineties, in the labor conditions of the middle-aged workers working in the MAS, based on information from the Employment and Unemployment Research. For such, we considered that the modifications caused by the new capitalist flexibility paradigm on the labor market has its precarious characteristics accentuated by historical issues which come from the creation of the Brazilian industrialization fordist model; which has, among other characteristics, a structural regional inequality in the way it developed, causing the national plan to become quite heterogeneous in its economic, social, political and cultural aspects and, thus, interfering, excessively, in the quality of life of its inhabitants.*

**Key words:** fordism, regional inequalities, Brazilian labor market, middle-aged workers, capitalist flexibility, precarious labor situation.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca investigar quais foram as transformações ocorridas nas formas de inserção produtiva dos trabalhadores de meia idade da RMS durante a década de 1990. Destarte, tem como objetivo central abordar as questões relacionadas com as alterações estruturais recentemente ocorridas nas condições de ocupação desse segmento de trabalhadores.

<sup>1</sup> Este artigo é um produto resultante do trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFBA, orientado pelo professor doutor Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

\* Economista pela UFBA. Especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela UNIFACS. Técnica da SEI. flavia@sei.ba.gov.br

As mudanças que vêm se processando no mercado de trabalho refletem o caráter estrutural da dinâmica de funcionamento do modelo de acumulação capitalista. Diversos autores da sociologia do trabalho concordam que há uma ruptura do padrão de acumulação observado no período fordista de produção, sendo tal paradigma observado no Brasil no período entre os anos 1930 e 1970.

Segundo Harvey (2002), a crise do sistema fordista de produção foi proporcionada pela sua incapacidade de contenção das crises inerentes ao sistema capitalista. Somou-se a isso as dificuldades crescentes de sustentar esse modelo por meio de

intensa intervenção do Estado, com políticas de cunho keynesiano, acrescidas pelos problemas de rigidez na produção, nos mercados e nos contratos de trabalho, e a insatisfação dos trabalhadores, evidenciada pelas inúmeras greves e ampla sindicalização. Certamente, ressaltadas as devidas diferenças do fordismo no Brasil, em função de sua disseminação desigual nos países subdesenvolvidos, a crise desse modelo fordista/taylorista periférico foi mais grave, implicando um quadro mais desestruturante do mercado de trabalho.

O fordismo brasileiro foi desenvolvido de forma parcial, justamente em aspectos que enfraquecem o trabalhador na relação capital x trabalho. Sendo caracterizado, por um lado, por uma menor concessão pelo Estado em relação aos países desenvolvidos de benefícios típicos do estado de Bem-Estar social keynesiano, na forma de serviços públicos, primordialmente, de assistência médica, habitacional, educacional e gastos em seguridade social, responsáveis por ganhos qualitativos ao padrão de vida e, por outro lado, por um processo de disciplinamento da força de trabalho, principalmente baseado na sua repressão e super-exploração, cuja renda não continha repasse dos ganhos de produtividade gerados. Três fatores estão relacionados com esta postura dos empresários brasileiros, sendo os dois primeiros possíveis causas (falta de interesse e de reconhecimento da importância de proporcionar a mínima participação nos lucros como um mecanismo de transformação dos trabalhadores em consumidores efetivos dos produtos produzidos em massa) e o terceiro uma consequência (impossibilidade de exercer um maior controle social por meio dos aumentos salariais, utilizando-se de fatores subjetivos como satisfação, motivação, cooptação e cooperação, que facilitam a disciplina da força-de-trabalho).

A partir do início da década de 1980, um cenário progressivo de crise se instaura no país, começando a reconfigurar o seu mercado de trabalho. Assim, durante tal período, as intensificações da inflação, da crise fiscal do Estado e dos problemas estruturais da economia brasileira começam a arrefecer a demanda de trabalho, que ocorria principalmente através da cri-

ação de empregos no setor público e de postos de trabalho no setor formal, induzindo aumentos posteriores de ocupações informais. (POCHMANN, 2001).

Contudo, a crise na qual o país “mergulha” se generaliza a partir dos anos 1990, com a adoção de um modelo de política econômica que privilegia excessivamente a estabilidade monetária, a redução da capacidade de intervenção do Estado brasileiro e o enquadramento do país numa lógica internacional de abertura econômica irrestrita, contribuindo para o acirramento da fragilidade e dos desajustes históricos nas contas externas do Balanço de Pagamentos. Tal desequilíbrio torna o país ainda mais vulnerável às

**Indicadores de diversas pesquisas expressam os desajustes do mercado de trabalho, revelando a queda no ritmo de expansão da ocupação e do emprego em paralelo ao crescimento exacerbado de ocupações precárias, além de intensa ampliação do desemprego e redução intensa dos empregos formais**

bruscas mudanças da conjuntura externa, limitando sua autonomia diante dos interesses e necessidades do capital financeiro internacional. Especificamente, observa-se uma aguda ampliação da dependência do país em relação aos investidores internacionais, especialmente os especuladores e administradores de capitais de curtíssimo prazo, para financiar a economia nacional.

Tal absorção das práticas neoliberais interagiu com os processos de globalização e reestruturação produtiva, conformando a nova lógica de acumulação flexível do capital no Brasil, com sérias repercussões para o mercado de trabalho e mais propriamente trazendo graves consequências para a sociedade. Indicadores de diversas pesquisas expressam os desajustes do mercado de trabalho, revelando a queda no ritmo de expansão da ocupação e do emprego em paralelo ao crescimento exacerbado de ocupações precárias, além de intensa ampliação do desemprego e redução intensa dos empregos formais.

O Brasil revela esse processo de forte desajuste do mercado de trabalho em todo o seu território, mas os diversos recortes geográficos do país parecem obedecer a suas próprias dinâmicas de funcionamento. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) insere-se no contexto acima, reproduzindo o agravamento da situação social em seu mercado de trabalho causado pelos efeitos perversos do desemprego e da precarização das condições e relações de trabalho.

Nesse contexto, chamou a atenção o grupo etário –

formado basicamente por pessoas de 40 a 59 anos de idade (grosso modo, designadas como “pessoas de meia idade”) – que, tradicionalmente, se apresenta como economicamente ativo e, historicamente, menos propício ao desemprego e à precarização, uma vez que a generalização dos referidos fenômenos está cada vez mais acentuada, pois além da manutenção de sua seletividade em alguns grupos, é possível observar a conformação de novos segmentos prejudicados.

Para melhor expor o rebatimento dessas mudanças na estrutura ocupacional do segmento populacional de meia idade, dividiu-se este texto em quatro partes: a inicial, que versa sobre as bases do fordismo no Brasil e suas repercussões sobre o mundo do trabalho; a segunda parte, referente aos principais elementos do padrão de acumulação flexível e as suas contradições marcantes no mercado de trabalho brasileiro; a terceira, que discute o papel dos trabalhadores mais experientes no atual modelo de gestão; e, por fim, a quarta, que aborda as características da ocupação das pessoas de meia idade e a sua atuação no mercado de trabalho da RMS.

## O FORDISMO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DE UM MERCADO DE TRABALHO HETEROGÊNEO

Um exame sobre como o processo de industrialização taylorista/fordista foi adaptado no Brasil é fundamental para entender porque o fordismo não foi pleno aqui.<sup>2</sup> Para Vargas (1985, p. 170), a implementação do fordismo brasileiro coincide e se confunde com a fase inicial de industrialização do país, por volta dos anos 1930, sendo “conduzido pelas nossas elites dirigentes do setor particular e público, do meio empresarial e intelectual”.

Outrossim, Paranhos (1999) remete-se a tal momento histórico da sociedade brasileira,<sup>3</sup> descrevendo como foi decisivo o papel do Estado no controle e disciplinamento da força de trabalho brasileira, tanto no espaço fabril (através da criação da legislação social e trabalhista) quanto

extra fábrica (via construção de uma política e ideologia do trabalho). Nesse sentido, para Paranhos (1999, p. 149), quando o Estado se apropriou de diversas reivindicações da classe trabalhadora e as aplicou através de outorga das leis sociais, portando-se de forma centralista e conseguindo por meio de intervenções reduzir as diferenças sociais, tinha como um dos maiores objetivos “reafirmar o caráter espontâneo da legislação social” e com isso neutralizar a capacidade de organização e de luta da classe trabalhadora em prol de seus interesses.

Com uma ótica mais abrangente, Druck (1999) refere-se a outros fatores que comprovam que o fordismo no Brasil foi implementado de modo incompleto, são eles: I) a forma de inserção subordinada da economia brasileira, com um tipo de modelo dependente, que incapacita a própria burguesia local na organização de um projeto de defesa nacional e verdadeiramente democrático; II) a ausência de autonomia tecnológica devido à falta de produção científico-tecnológica; III) o não desenvolvimento de um mercado de trabalho de produção em massa e sim da seletividade de mercado, já que os bens padronizados produzidos eram sustentados basicamente pelo consumo da classe média; e IV) a existência de uma distribuição concentrada da renda, através do impulsionamento e retenção preponderante dos ganhos de produtividade pelos capitalistas.

Certamente, todos esses fatores atuaram de forma determinante para que o projeto de industrialização de Getúlio Vargas, bem como os que o sucederam nos demais governos, fosse feito de forma crescentemente subordinada. Ademais, contribuíram para o enfraquecimento da classe trabalhadora na relação capital x trabalho, limitando a autonomia do movimento sindical<sup>4</sup> e

<sup>4</sup> Os sindicatos, nos anos 1930, eram excessivamente controlados pelo Estado. No governo Vargas era proibido que lhe propiciasse atuar autonomamente nas relações políticas e de correlação de forças, de forma a se impor através de um conjunto de reivindicações e acordos. Posteriormente, no período da ditadura militar, a partir de 1964, a organização dos trabalhadores em sindicatos foi fortemente minada (por meio de dirigentes colocados pelo regime), acompanhando a supressão de outros direitos individuais e sociais. Mattos (1999) relata a retomada das mobilizações sindicais, com o ressurgimento do sindicato em novas bases (combativo e forte socialmente) a partir de 1978 e ao longo de toda a década de 1980. Por sua vez, Alves (2002) enfatiza o cenário recente, dos anos 1990, no qual o movimento sindical enfrenta uma grave crise por causa dos processos de reestruturação produtiva, com a introdução de novas técnicas de gestão participativa (a exemplo dos Círculos de Controle de Qualidade) e de produção (redução de postos de trabalho), e de terceirização, que enfraquece a consciência da classe trabalhadora e a fragmenta. Segundo Sennett (1999), somam-se a esses processos alguns sentimentos de ordem subjetiva, comuns à vida moderna, como o medo do desemprego, a insegurança e incerteza quanto ao futuro. Essa reunião de fatores está sendo causa da perda de filiação – logo, de representatividade – e da queda do número proporcional de greves e de seus participantes.

<sup>2</sup> Autores como Vargas (1985), Paoli (1987) e Druck (1999) desenvolvem argumentos que compreendem e reforçam esse ponto de vista.

<sup>3</sup> Esta fase do país, tema recorrente na literatura socioeconômica, é muito rica de acontecimentos essenciais para a construção de nossa sociedade assim como a conhecemos hoje. Além da introdução dos princípios do taylorismo, o período de 1920 a 1930 (principalmente), caracteriza-se pela resposta política e ideológica ao movimento dos trabalhadores (ideologia do trabalho), pela construção e mudanças no plano da burguesia nacional e dos meios constitucionais do Estado.

comprometendo a sua capacidade política de organização.

Em consonância com a perspectiva descrita acima, a forma diferenciada como se processou a industrialização nos diversos estados e regiões é outra questão que contribui para as desigualdades existentes no país. Enquanto na região Nordeste, mais especificamente na Bahia, deu-se ênfase a uma matriz industrial basicamente voltada para a produção de bens intermediários, na região Centro-Sul, particularmente em São Paulo, a industrialização compreendia os setores de bens de consumo finais.

Conseqüentemente, esse processo de desenvolvimento desigual promoveu inserções diferenciadas na matriz industrial brasileira. Neste contexto, a Bahia assumiu um papel de “supridor de produtos intermediários para os setores de bens finais instalados no eixo Sul/Sudeste do país”. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 90).

Uma série de diferenças pode ser listada em decorrência dessa especialização regional. Setorialmente, ao passo que em São Paulo, principal centro econômico do país, houve um maior encadeamento e diversificação intersetorial, na Bahia, com o modelo de industrialização adotado, passou-se de uma estrutura produtiva, baseada especialmente no setor primário agro-exportador, para outra, especializada nos setores químico, petroquímico e metalúrgico,<sup>5</sup> com o agravante desses segmentos serem concentrados espacialmente na RMS.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, São Paulo apresentou uma formação pujante das classes operária e média urbana, repercutindo na construção de um mercado consumidor mais sólido e de grande porte. Ademais, os investimentos feitos com inova-

ções técnicas e gerenciais nos estados das regiões Norte e Nordeste têm como prerrogativas, muitas vezes, na implantação dos projetos de investimentos que envolvem a vinda de empresas do Sul e Sudeste para tais localidades, a contratação prévia de trabalhadores altamente capacitados, oriundos destas regiões, para ocupar as funções de gerenciamento e chefia.

Na Bahia, por sua vez, no tocante ao mercado de trabalho, o que se percebe é que a sua estrutura industrial não favorece a geração de muitos postos de trabalho, uma vez que o seu principal segmento industrial (químico e petroquímico) é intensivo em capital e não em mão-de-obra. Outro elemento restritivo para a criação de empregos é que não houve uma maior articulação intersetorial, de forma a dinamizar outros setores industriais de sua cadeia produtiva (a exemplo dos segmentos produtores de bens finais), bem como não conseguiu dinamizar os setores de Comércio e Serviços fora da RMS.

Desse modo, a estrutura setorial da RMS foi predominantemente influenciada pela concentração espacial das indústrias química, petroquímica e metalúrgica na Bahia, com o crescimento significativo de seu setor terciário. Por ser o centro dinâmico de oportunidades de trabalho do estado, o seu mercado de trabalho é marcado por elevadas taxas de desemprego, as maiores historicamente entre as demais regiões econômicas. Este fato demonstra um desdobramento da desigualdade no espaço intra-regional baiano (RMS e interior do estado) e indica a importância do empenho governamental no sentido de sanar as diferenças regionais de desenvolvimento nos planos local e nacional.

Logo, as inúmeras escolhas, decisões e adequações sociais, políticas, econômicas e administrativas que marcam os aspectos discutidos nesse breve retrospecto histórico são indispensáveis para a conformação de um mercado de trabalho brasileiro hete-

**Na Bahia, por sua vez, no tocante ao mercado de trabalho, o que se percebe é que a sua estrutura industrial não favorece a geração de muitos postos de trabalho, uma vez que o seu principal segmento industrial (químico e petroquímico) é intensivo em capital e não em mão-de-obra. Outro elemento restritivo para a criação de empregos é que não houve uma maior articulação intersetorial, de forma a dinamizar outros setores industriais de sua cadeia produtiva**

<sup>5</sup> Segundo Teixeira e Guerra (2000), tais segmentos industriais são extremamente importantes em termos de participação relativa no PIB setorial baiano e no Valor Agregado Bruto da indústria de transformação, além de contribuírem sobremaneira para o crescimento e evolução da receita estadual.

rogêneo, que tem esta natureza sistematicamente fortalecida pelos ajustes que o modo de produção capitalista local vem sofrendo atualmente.

### **CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO NA ATUALIDADE E CONTRADIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Na década de 1990, basicamente, pode-se imputar a três processos (a “globalização”<sup>6</sup>, a “reestruturação produtiva”<sup>7</sup> e o “neoliberalismo”<sup>8</sup>) o aprofundamento das dificuldades e diversas mudanças que vêm sendo processadas no mercado de trabalho brasileiro. Estes processos são conduzidos e implementados por sujeitos sociais. Entretanto, são submetidos a um processo de inversão ou fetichismo,<sup>9</sup> tornando complexo identificar, nas consequências sociais, políticas e econômicas, a responsabilidade dos agentes por suas ações.

Os três estão inter-relacionados e fundamentalmente associados às transformações observadas no modo de produção capitalista atualmente, sendo comum a estes a ruptura das barreiras à livre mobilida-

**Em conjunturas anteriores à abertura da economia brasileira e à reestruturação produtiva, a faixa etária situada entre os 40 e 59 anos era considerada como o estágio de maturidade etária e de maior estabilidade/segurança profissional alcançada**

de do capital visando níveis cada vez maiores de acumulação e reprodução ampliada do capital. Por estes motivos causam forte impacto sobre as pessoas no mercado de trabalho, podendo levá-las a situações de crescente desemprego, exclusão social e marginalização, muitas vezes dificultando (quando não impossibilitando) a reinserção desses indivíduos na sociedade por meio da venda de sua força de trabalho (FILGUEIRAS, 1995).

No Brasil, bem como em outros países periféricos, principalmente nos anos 1990, esses processos são responsáveis pelo agravamento do desemprego, da dependência financeira, tecnológica e da exclusão social. A postura neoliberal de não intervenção do Estado gera consequências sociais e políticas fundamentais, especialmente com relação ao desemprego e à exclusão social crescentes nos países que adotaram este receituário na orientação de suas políticas econômicas (DRUCK, 1999; FILGUEIRAS, 1995).

Duas consequências dessa lógica de atuação estatal afetam dramaticamente a sociedade. Primeiro surge a dificuldade do Estado intervir diretamente em setores ou regiões mais vulneráveis, o que fragiliza a atividade produtiva e o emprego, comprometendo tanto as novas contratações quanto os empregos existentes. A segunda consequência revela-se pela prática da desregulamentação no mercado de trabalho, a qual acirra a competição e as desigualdades sociais entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que arrefece as ações coletivas materializadas pelos sindicatos.

Enquanto fenômeno de alteração e substituição do modelo fordista, a reestruturação produtiva apresenta um processo contínuo de inovações que tem na flexibilidade das relações de trabalho a sua característica fundamental. É através dela que se modificam os processos produtivos e os métodos utilizados para aumentar significativamente a produtividade do trabalho. Essa flexibilização, da forma abrupta como vem sendo conduzida, dificulta a possibilidade dos trabalhadores se inserirem no mercado de trabalho. Isto traz sérias implicações para eles, que passam a desempenhar um papel diverso do que possuíam no fordismo: mudam de função e formação

<sup>6</sup> Muitos interpretam a globalização como uma continuidade de um processo de internacionalização marcado pela interdependência entre as economias nacionais, presente em outros períodos históricos anteriores. Contudo, segundo a abordagem transformacionista, o atual processo de mundialização tem um conjunto de novidades que o distinguem de outros momentos de intensa internacionalização, constituindo uma forma histórica determinada, produto de uma conjuntura única de forças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas (ARAÚJO, 2001).

<sup>7</sup> A reestruturação produtiva representa o conjunto de transformações ocorridas como resposta à crise do modelo fordista de produção a partir do início dos anos 1970. Associada à 3ª Revolução Industrial, que está baseada na adoção crescente e difusão nos processos produtivos de automação e novas tecnologias como a microeletrônica e robótica. Tem como princípio a desvalorização e substituição de contingentes crescentes de trabalhadores em nome da valorização do capital (FILGUEIRAS, 1997).

<sup>8</sup> O neoliberalismo é uma tentativa de retorno ao liberalismo (corrente teórica dos séculos XVIII e XIX), representando uma reação teórica e política ao Estado intervencionista, originada a partir do pós 2ª Guerra. Defende uma participação mínima do Estado na economia, sem o exercício de políticas ativas a não ser através de políticas fiscais e monetárias. Apesar de se basear nos princípios liberais, o neoliberalismo possui como maior diferença em relação ao liberalismo a sua origem histórica particular (FILGUEIRAS, 1995; 1997).

<sup>9</sup> O fetichismo da mercadoria foi definido por Karl Marx e “não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1996, v. 1, p. 7). Assim, humanizam-se coisas e coisificam-se os sujeitos, invertendo o processo e comprometendo assim o entendimento da realidade.

específicas para a execução de tarefas especializadas, para o estímulo crescente à generalização de responsabilidades e realização de diversas atividades.

Concomitantemente, flexibilizam-se as relações entre o capital e o trabalho através da promoção de livres negociações e contratações no mercado, além de relacionamento entre empresas sob a forma de subcontratações (terceirização). Visando reduzir os encargos trabalhistas por meio da reestruturação produtiva, busca-se flexibilizar a jornada de trabalho, a remuneração e os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, acentuando assim a assimetria de poder entre a oferta e demanda no mercado de trabalho em favor dos empresários. Cabe ressaltar que a reestruturação produtiva constitui um elemento fundamental ao desenvolvimento e aprofundamento do processo de globalização, uma vez que possibilita a ampliação dos mercados via aumento da produtividade, da competição e através dos avanços tecnológicos obtidos.

## OS TRABALHADORES MAIS EXPERIENTES NO ATUAL MODELO DE GESTÃO

As pessoas de 40 a 59 anos<sup>10</sup> (aqui conhecidas como de “meia idade”) fazem parte de um segmento do mercado de trabalho que historicamente integra a população economicamente ativa (principalmente na condição de ocupados), são considerados trabalhadores mais experientes e geralmente são chefes de família. Entretanto, este perfil tem sido alterado pelas modificações provocadas no mundo do trabalho, fazendo-os sentir uma maior dificuldade para manter os respectivos empregos e garantir a sua reinserção produtiva. Em conjunturas anteriores à abertura da economia brasileira e à reestruturação produtiva, a faixa etária situada entre os 40 e 59 anos era considerada como o estágio de maturidade etária e de maior estabilidade/segurança profissional alcançada.

Contudo, a lógica do capitalismo moderno, de modo geral e amplo, fragiliza e submete o trabalhador – ao enfraquecer o seu poder de negociação, precarizar as relações e condições de trabalho – e tem como ênfase a flexibilidade, a mudança contínua. Nesse sentido, existe toda uma discussão que permeia a preferência das empresas de alguns setores em contratar trabalha-

dores mais jovens em detrimento de trabalhadores mais maduros. A respeito desse assunto, Druck (2000, apud BORGES, 2000, p. 102) fez algumas considerações: no processo de ajuste das empresas aos novos padrões de competitividade, trabalhadores de meia idade e larga experiência de trabalho têm sido substituídos por jovens, implicando o rejuvenescimento do quadro de funcionários da empresa.

Para Sennett (1999, p. 107 e 108), as atuais condições de vida encerram muitos preconceitos contra os trabalhadores maduros; existe uma disposição a negar o valor da experiência passada da pessoa. A cultura empresarial trata a meia idade como avessa ao risco, no sentido de jogador. Para o autor, esses preconceitos são difíceis de combater. A dificuldade ocorre devido às altas pressões enfrentadas em um mundo mutante.

Segundo Sennett (1999, p. 109), está ocorrendo uma abreviação da vida de trabalho das pessoas na empresa moderna. Isso é evidenciado, por um lado, pelo adiamento da entrada no mercado de trabalho pelos jovens por causa da maior dedicação à educação e, por outro, pela queda no emprego das pessoas da faixa etária de 40 a 59 anos, conhecida como meia idade. Ainda a respeito desse assunto, Sennett cita uma previsão de Castells, de que a vida de trabalho está sendo encurtada para uma média de 30 anos (25 aos 54), de um período de vida de 70 a 80 anos. Assim, o período de vida produtiva está sendo comprimido para menos da metade da vida biológica, com os trabalhadores mais velhos deixando o cenário muito antes de estarem física ou mentalmente incapazes.

Associado a essa tendência verificada por Sennett, mais especificamente em países desenvolvidos, alguns motivos favorecem uma maior ênfase na juventude no momento da contratação. Além de constituir-se em uma mão-de-obra barata (motivo tradicional, usado principalmente no século XIX), os jovens estão sendo preferidos por outros atributos que os tornam atraentes nos altos escalões das empresas e, estes, para Sennett, estão mais na área do preconceito. Do ponto de vista institucional, a flexibilidade dos jovens os torna mais maleáveis tanto em termos de assumir riscos quanto de submissão imediata. Já os trabalhadores mais velhos, por possuírem mais experiência, tendem a julgar o que consideram inadequado na administração.

É interessante pontuar outra tendência, de ampliação dos limites do tempo de serviço, que também

<sup>10</sup> São designadas por Santos (2003) como pessoas em idade madura.

tem conseqüências adversas para as pessoas de meia idade no mercado de trabalho. Ela vem sendo progressivamente sistematizada no Brasil, em oposição à tendência de compressão na vida de trabalho. Através de aumentos da idade mínima e do tempo de contribuição previdenciária, e da combinação destes dois requisitos para a concessão da aposentadoria, torna-se cada vez mais difícil a saída do mercado de trabalho e a sobrevivência daqueles trabalhadores em idades mais avançadas. Ademais, configura-se em um importante agravante das condições de vida futura das pessoas de meia idade, levando-se em consideração a presença mais intensa de discriminação etária nas empresas.

O preconceito serve para justificar os aspectos positivos da juventude em oposição às supostas características negativas da idade madura na organização flexível. Como exemplo, Sennett (1999, p. 110) cita uma explicação da publicação *California Management Review*, que afirma que os trabalhadores mais velhos têm esquemas mentais inflexíveis e são avessos ao risco, além de simplesmente não terem a mesma energia física necessária para enfrentar as exigências atuais da vida no local de trabalho flexível.

Os preconceitos relacionados a idades mais avançadas parecem ter um significado pessoal para o trabalhador, de que a experiência à medida que é acumulada vai perdendo valor. É como se com a passagem do tempo as qualificações e aptidões dos mais velhos fossem erodindo e eles desqualificando-se: a sua experiência não impõe respeito.

Outrossim, a apreensão e a ansiedade pessoal estão intimamente ligadas ao novo capitalismo, pois no regime flexível desconsidera-se o tempo para o desenvolvimento de novas aptidões, concentrando-se na capacidade imediata. Dessa forma, as pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis. Conseqüentemente, o ambiente conformado é descontínuo, permeado por situações de risco e incertezas permanentes, onde o trabalhador busca incessantemente se tornar “satisfatório”, não conseguindo, entretanto, ter domínio das qualidades necessárias que o abonam nos critérios modernos de competência, por mais que se esforce (SENNETT, 1999).

Do ponto de vista da coletividade, a incerteza e a insegurança provenientes do padrão de acumulação

capitalista flexível reforçam a desmobilização dos trabalhadores enquanto classe e, por conseguinte, estimulam a competitividade.

## A ATUAÇÃO DOS INDIVÍDUOS DE MEIA IDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS<sup>11</sup>

A heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro é percebida pela intensa interação e imersão das situações de ocupação, desemprego e inatividade. Situações nos limites entre estas categorias podem ser empiricamente observadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED):<sup>12</sup> entre a ocupação e a inatividade (inativos com trabalho excepcional), entre a ocupação e o desemprego (desemprego oculto pelo trabalho precário) e entre o desemprego e a inatividade (desemprego oculto pelo desalento). Além disso, também tem esse caráter pelas diferenças regionais, sendo marcantes as especificidades de regiões como Sudeste e Nordeste, por exemplo.

Estas regiões possuem realidades sociais e de qualidade de vida que refletem seu grau distinto de desenvolvimento econômico. Diversos indicadores evidenciam essas diferenças, demonstrando a fragilidade da região Nordeste em oposição à Sudeste. Segundo a Síntese de Indicadores, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003, do IBGE, quase a totalidade (72,3%) de pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência na Região Nordeste, não eram contribuintes para instituto de previdência em qualquer trabalho. Por outro lado, na região Sudeste, essa proporção caía para menos da metade (42,7%). Tal fato é compreensível quando se observa que a proporção de

<sup>11</sup> A Região Metropolitana de Salvador é composta pela capital baiana e mais nove municípios: Candeias, Camaçari, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

<sup>12</sup> A PED é uma pesquisa domiciliar amostral, de periodicidade mensal, que investiga as características de emprego e desemprego relativas às pessoas de 10 anos e mais de idade, realizada em seis regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Salvador e Recife. A escolha dessa pesquisa decorre de sua amplitude metodológica, que incorpora critérios diferentes de outras fontes estatísticas, que também possuem variáveis de acompanhamento do mercado de trabalho – a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE – para a medição do desemprego, conseguindo captar informações típicas de um mercado de trabalho heterogêneo. Essa característica é crucial quando se trata de mercados de trabalho mais informalizados como o da RMS, onde situações de emprego, desemprego e subemprego são mais difíceis de serem discernidas pelas pesquisas tradicionais.

peças com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e que são empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada na região Sudeste é mais que o dobro da Nordeste: 40,3% contra apenas 17,2%, respectivamente. Além disso, pelo fato da região Nordeste possuir uma distribuição de renda mais concentrada em detrimento dos trabalhadores, poucos são aqueles que têm condições de fazer contribuições para uma previdência privada.

Outras posições na ocupação, precárias do ponto de vista da relação trabalhista, como os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada e os conta própria, são mais significativos na estrutura ocupacional da região Nordeste, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Outro aspecto da heterogeneidade entre as regiões pode ser percebido através da proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, muito superior na região Nordeste frente à Sudeste: 22,4% contra 5,8%, respectivamente. Esse descompasso em termos de escolaridade da mão-de-obra contratada também é sentido nos grupos de anos de estudo mais elevados, uma vez que 20,6% possuíam 11 anos ou mais de estudo no Nordeste, enquanto no Sudeste representavam 37,5%.

Inúmeros aspectos que ilustram a desigualdade regional podem ser demonstrados pelos dados da PNAD, e é a partir desse diagnóstico que a Bahia, enquanto importante economia da região Nordeste, e mais particularmente a RMS, sua principal região econômica, se insere no contexto brasileiro de grande diversidade no mercado de trabalho, refletindo elementos estruturais de precariedade.

Assim, utilizaram-se as informações da PED buscando estabelecer dois momentos para a comparação dos dados empíricos coletados. O primeiro no final da

**Tabela 1**

**Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões selecionadas, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal, os grupos de anos de estudo e a contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho 2003**

Atributos selecionados	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)	
	Grandes Regiões	
	Nordeste	Sudeste
Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal		
<b>Total (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Empregados e trabalhadores domésticos(2)	49,4	70,3
Com carteira de trabalho assinada	18,0	41,1
Militares e estatutários	5,8	6,5
Outros sem carteira de trabalho assinada	25,6	22,7
Empregados (2)	43,3	61,5
Com carteira de trabalho assinada	17,1	38,1
Militares e estatutários	5,8	6,5
Outros sem carteira de trabalho assinada	20,5	16,9
Trabalhadores domésticos (2)	6,0	8,8
Com carteira de trabalho assinada	0,9	3,0
Sem carteira de trabalho assinada	5,1	5,9
Conta própria	27,9	19,3
Empregadores	2,8	4,8
Não-remunerados	13,2	3,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6,5	2,4
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,2
Sexo e grupos de anos de estudo		
<b>Total (3)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	22,4	5,8
1 a 3 anos	19,5	10,1
4 a 7 anos	25,9	28,5
8 a 10 anos	11,0	17,8
11 anos ou mais	20,6	37,5
Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho		
<b>Total (4)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Contribuintes	27,7	57,3
Não-contribuintes	72,3	42,7

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2003, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de posição na ocupação.

(2) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria de emprego.

(3) Inclusive as pessoas com anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

(4) Inclusive as pessoas sem declaração de contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho.

década de 1980 (biênio 1987/1988) e o segundo no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (período 1997/2002). A análise descritiva, com o objetivo de facilitar a compreensão do exposto, é detalhada, privilegiando a divisão em quatro aspectos básicos.

### A evolução das condições de atividade

As taxas de participação das pessoas de meia idade, tradicionalmente elevadas, além de continuarem altamente representativas, foram ampliadas de



68,9% para 71,5% no segundo período. Todavia, o aumento da pressão exercida pelas pessoas de meia idade no mercado de trabalho foi intensamente influenciado pela precarização em curso, que além de deteriorar a qualidade das ocupações destes trabalhadores, certamente está contribuindo para o expressivo crescimento de seu desemprego através do aumento da procura por parte daqueles que: estão executando formas precárias de ocupação e ao mesmo tempo buscando trabalho; estão sem trabalho e efetivamente procurando; e saíram da inatividade para recorrer a alguma atividade remunerada, devido ao empobrecimento generalizado das famílias.

No que concerne às taxas de participação, segundo o sexo, constatou-se que os homens de meia idade são predominantes no mercado metropolitano de trabalho. Mesmo levando-se em consideração o incremento mais que proporcional das taxas femininas, estas não foram suficientes para reduzir o diferencial existente entre os sexos. A escolaridade e a posição na família foram outras características

investigadas para melhor compreender o aumento de pessoas de meia idade no mercado de trabalho.

No tocante à escolaridade, observou-se que o grupo etário de meia idade aumentou as suas taxas de participação, segundo os níveis de instrução formal, acompanhando o processo mais amplo – de crescimento da escolarização – que tem se evidenciado em quaisquer atributos pessoais do trabalhador (sexo, idade e cor ou raça). Isto vem sendo captado pelas diversas pesquisas que produzem e divulgam indicadores sobre o mercado de trabalho.

Entretanto, a maior qualificação do contingente de meia idade não implica, necessariamente, um movimento similar (de crescimento) em relação aos níveis de rendimentos,

pois com a crescente desregulamentação praticada no mercado de trabalho e com as maiores dificuldades de inserção produtiva, impostas pelo processo de precarização do mercado de trabalho, os indivíduos tendem a se submeter a ocupações sub-remuneradas. Essa situação é particularmente acentuada para os indivíduos de meia idade, que não podem ficar muito tempo desempregados, principalmente por causa de seu papel social na estrutura familiar e pelas implicações financeiras e psíquicas conseqüentemente produzidas.

Os dados parecem contemplar uma situação em que os trabalhadores de meia idade, independentemente de possuírem nível escolar mais elevado, ao ficarem desempregados e não conseguindo reinserir-se em postos de trabalho que tenham uma remuneração compatível com a sua escolaridade – situação generalizada no mercado de trabalho, mais recentemente –, têm aumentado as suas participações no desemprego oculto por trabalho precário e em empregos assalariados, majoritariamente sem carteira de trabalho assinada.

Com relação às taxas de participação, segundo a posição na família, constatou-se uma preponderância das categorias “outros” e “chefes” de meia idade, sendo que esta última foi a única posição onde foi possível observar crescimento, por causa da falta de

**A maior qualificação do contingente de meia idade não implica, necessariamente, um movimento similar (de crescimento) em relação aos níveis de rendimentos, pois com a crescente desregulamentação praticada no mercado de trabalho e com as maiores dificuldades de inserção produtiva, impostas pelo processo de precarização do mercado de trabalho, os indivíduos tendem a se submeter a ocupações sub-remuneradas**

**Tabela 2**

**Taxas de participação das pessoas de meia idade, segundo atributos selecionados RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Atributos selecionados	1987/1988	1997/2002
<b>Total</b>	68,9	71,5
<b>Sexo</b>		
Homem	62,8	83,8
Mulher	43,5	60,8
<b>Grau de escolaridade</b>		
Analfabeto	62,3	57,3
Ensino fundament. Incomp.	44,9	67,4
Ensino fund. Completo	57,8	70,3
Ensino médio incompleto	34,8	72,1
Ens. Médio completo	58,8	75,5
Ens. Superior completo	62,5	85,4
<b>Posição na família</b>		
Chefe	60,4	79,7
Cônjuge	-	56,3
Filho	-	68,7
Outros Parentes	-	59,2
Outros	-	86,6

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.  
(-) Dados amostrais não significativos para estas categorias.

representatividade dos dados amostrais nas demais posições familiares.

### As características da ocupação

No que se refere à ocupação, percebeu-se que, embora a proporção das pessoas de meia idade ocupadas tenha aumentado, o incremento não foi suficiente para compensar o crescimento do desemprego, fazendo com que houvesse uma queda das taxas de ocupação. O setor de serviços<sup>13</sup> destacou-se diante dos demais setores de atividade por ser o mais representativo em termos de ocupados de meia idade (69,5%, em 1997/2002) e por ter sido o único que cresceu em 13,9% a participação deste segmento entre os dois períodos analisados.

A terciarização<sup>14</sup> crescente das ocupações do grupo de meia idade é preocupante, pois as atividades deste setor possuem uma natureza muito heterogênea – indo das tarefas mais precárias até as mais especializadas – e requerem níveis muito distintos de qualificação, produtividade e rendimentos, refletindo uma situação de progressiva desestruturação do mercado de trabalho. Ademais, as atividades menos especializadas do setor de serviços têm traços semelhantes com o segmento não organizado do mercado de trabalho, sendo caracterizadas por uma oferta de mão-de-obra que, em geral, possui uma baixa qualificação técnica, dificilmente se organiza em sindicatos e quando isso ocorre não há unicidade sindical. Ocupa empregos majoritariamente instáveis, de alta rotatividade, onde há uma reduzida exigência por qualifi-

cação e os investimentos em qualificação são minimamente realizados, com escassos cursos de capacitação e treinamentos, assim oferecendo poucas perspectivas de ascensão profissional e baixos níveis de rendimentos (CARDOSO JÚNIOR, 2000).

A informalização,<sup>15</sup> captada pelos resultados das posições ocupacionais das pessoas de meia idade, constitui um fenômeno que também contribui para desestruturar e precarizar a situação destes trabalhadores no mercado de trabalho. Contudo, o crescimento da informalidade é parcial, visto que, enquanto entre os assalariados sem registro houve um aumento significativo da participação deste segmento, para os autônomos o movimento foi de redução. Vale pontuar a ampliação

**A terciarização crescente das ocupações do grupo de meia idade é preocupante, pois as atividades deste setor possuem uma natureza muito heterogênea – indo das tarefas mais precárias até as mais especializadas – e requerem níveis muito distintos de qualificação, produtividade e rendimentos, refletindo uma situação de progressiva desestruturação do mercado de trabalho**

**Tabela 3**

**Distribuição das pessoas de meia idade nos ocupados, segundo atributos selecionados RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Atributos selecionados	1987/1988	1997/2002
<b>Sectores de atividade</b>		
Indústria	9,9	9,1
Comércio	17,2	13,9
Construção Civil	8,2	6,0
Serviços	61,0	69,5
Outras atividades	3,7	1,4
<b>Posição na ocupação</b>		
Assalariados	52,8	54,9
Assalariados do setor privado	26,6	31,1
Subcontratados	3,2	3,6
Demais	23,5	27,5
Com carteira	23,9	25,8
Sem carteira	2,8	5,3
Assalariados do setor público	26,1	23,8
Autônomo	34,5	27,7
Que trabalha na empresa	4,5	4,1
Que trabalha para o público	30,0	23,7
Empregadores	3,9	6,6
Empregados domésticos	5,9	7,5
Demais	2,9	3,3

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

<sup>13</sup> Considerando a distribuição setorial em relação às faixas etárias, observa-se que somente as pessoas de meia idade representavam 31,1% do total de ocupações no setor de serviços no segundo período. Provavelmente, essa proporção deve estar sendo influenciada pela predominância que o setor tem na estrutura setorial da RMS. Diferentemente do contingente de meia idade, a especialização setorial se diferencia para os demais grupos etários, que estavam mais presentes nos setores de comércio e indústria, respectivamente.

<sup>14</sup> Crescimento de atividades do setor de serviços no total das ocupações.

<sup>15</sup> Significa o aumento expressivo de ocupações informais. Considera-se como informal as atividades que não são regidas pela CLT (assalariados sem carteira de trabalho assinada, funcionários públicos e militares) e aquelas desenvolvidas por trabalhadores por conta própria (autônomos). Do ponto de vista da qualidade da ocupação, os trabalhadores por conta própria exercem as atividades mais precárias e, das relações de trabalho, o emprego sem carteira assinada representa a forma mais frágil de inserção profissional.

das subcontratações e a diminuição dos empregos públicos como outros elementos desestruturantes de sua inserção ocupacional.

Assim, com base no exposto sobre a ocupação, constatou-se que houve um progressivo aumento da precariedade sobre os postos de trabalho das pessoas de meia idade nos anos 1990, revelado por uma série de mudanças, a saber: redução de empregos no serviço público, crescimento do assalariamento sem carteira assinada, das subcontratações e dos empregos domésticos. Associado a isso tem-se a diminuição de seus postos de trabalho no setor industrial. Evidentemente, todas essas mudanças têm um reflexo danoso sobre o padrão de inserção produtiva dos indivíduos de meia idade. Embora se reconheça a gravidade dessas mudanças, é preciso reconhecer que elas não ocorreram generalizadamente, diferindo, neste aspecto, da tendência apontada para o conjunto dos ocupados por diversos estudos sobre o mercado de trabalho durante a década de 1990.

A precarização, do ponto de vista das ocupações, não foi amplamente difundida porque algumas posições ocupacionais – tradicionalmente observadas para trabalhadores de meia idade – como assalariados do setor privado com carteira assinada e empregadores, além de mantidas foram incrementadas. Outro atenuante do impacto das transformações sobre a inserção produtiva desse segmento é percebido através do núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho – tido como a agregação das posições ocupacionais assalariados sem carteira, autônomos e empregados domésticos –, que se tornou menos representativo para os indivíduos daquela faixa de idade.

### A variação do desemprego

Sem dúvida, o aumento significativo do patamar das taxas de desemprego foi a principal mudança no padrão de inserção produtiva das pessoas de meia idade. Apesar da elevação das taxas totais de desemprego (106,8%) serem principalmente determinadas pelo expressivo incremento do desemprego aberto, o

**Do ponto de vista das pessoas de meia idade houve uma contração de suas remunerações médias, que se estendeu para todos os setores de atividade, excetuando-se o da construção civil e os subsetores serviços domésticos e pessoais**

tipo oculto destacou-se como mais representativo entre os indivíduos de meia idade e revelou-se mais através do desemprego oculto pelo trabalho precário. A dimensão do problema provocado pelo desemprego é ratificada quando se considera que até mesmo no desemprego oculto pelo desalento, em que as taxas registradas foram as menores, houve uma ampliação de 65,1% entre os dois períodos comparados. De fato, a expansão do desemprego para as pessoas de meia idade foi tão pujante que se refletiu em todos os setores de atividade econômica.

Uma das consequências adversas mais graves, decorrente do desemprego, para o contingente de meia idade é a dificuldade de conseguir outro trabalho similar ao pregresso, pois muitas vezes o desem-

**Tabela 4**

**Distribuição das pessoas de meia idade nos desempregados, segundo atributos selecionados RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Atributos selecionados	1987/1988	1997/2002
<b>Total</b>	7,3	15,1
<b>Tipos de desemprego</b>		
Aberto	3,2	7,3
Oculto	4,1	7,8
Por trabalho precário	2,9	5,9
Por desalento	1,2	2,0
<b>Tempo de procura por trabalho</b>		
Até 1 mês	8,0	7,9
De 1 a 6 meses	23,0	17,0
De 6 meses a 1 ano	11,2	13,6
Até 1 ano	42,3	38,6
Mais de 1 ano	12,0	22,0

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

prego que os acomete é de exclusão.<sup>16</sup> Ademais, o tempo de procura por trabalho foi estendido com o maior período de busca (mais de um ano), sinalizando uma intensificação das dificuldades para os casos em que o desemprego originado pela reestruturação os obriga a tentar outro tipo de atividade ocupacional.

<sup>16</sup> Forma de expressão característica do desemprego estrutural, citada por Pochmann (1998), que se concentra sobre a PEA ocupada de maior faixa de idade, a partir de 50 anos. No desemprego de exclusão, as pessoas são substituídas por outras e não conseguem se reinserir no mercado de trabalho, devido à idade considerada avançada ao tipo de emprego que possuíam ou pela escolaridade considerada aquém das necessidades imediatas criadas pela automação.

## A modificação dos rendimentos

Completando o quadro de transformações desestruturantes do mercado de trabalho, tem-se a piora distributiva dos rendimentos. A renda decrescente estimula situações onde é necessário recorrer a mais de um emprego ou ocupação para garantir o padrão de vida familiar, quiçá a sua própria condição de sobrevivência. Do ponto de vista das pessoas de meia idade houve uma contração de suas remunerações médias, que se estendeu para todos os setores de atividade, excetuando-se o da construção civil e os subsetores serviços domésticos e pessoais. A indústria destacou-se entre os setores cujos trabalhadores registraram perdas salariais, com a mais expressiva queda.

Não obstante a reconfiguração dos rendimentos médios auferidos nos setores diminuir as diferenças intra-setoriais, concomitantemente, promove um nivelamento por baixo, posto que as desigualdades salariais ficam menores devido às variações percentuais positivas do rendimento real médio ocorrer apenas no setor da construção civil e nos subsetores de serviços domésticos e pessoais.

No que se refere ao nível de rendimento segundo as posições ocupacionais, concluiu-se que, se por um

lado, houve aumento salarial apenas nas posições mais precárias, por outro lado, as posições que, tradicionalmente, asseguram melhores condições de trabalho tiveram perdas em suas remunerações. Nessa perspectiva, os rendimentos reais médios dos *assalariados sem carteira assinada*, dos *autônomos*, dos *empregados domésticos* e *demaís ocupados* de meia idade foram acrescidos, enquanto os assalariados com carteira assinada, sobretudo os do setor público, tiveram os seus ganhos reduzidos no comparativo dos períodos.

Com efeito, esses dois movimentos, diametralmente opostos, contribuem para a intensificação da precarização dos postos de trabalho das pessoas de meia idade, pois evidencia a valorização das ocupações mais precárias e de menor rendimento, justamente onde o custo da mão-de-obra é mais baixo.

## CONCLUSÃO

Tendo como pano de fundo um cenário mais geral de reestruturação produtiva, cujos rebatimentos sobre o mercado de trabalho consistem no aprofundamento das dificuldades, tanto de inserção como de passagem para a inatividade, além daquelas relacionadas à manutenção do emprego ou da ocupação, a análise das mudanças na condição ocupacional das pessoas de meia idade revelou um quadro intenso de desestruturação.

A expressiva taxa de participação desse grupo etário no mercado de trabalho da RMS aumentou na década de 1990, motivada pelos acréscimos na ocupação e no desemprego.

Com relação, especificamente, ao aumento de sua ocupação, observou-se que este se deu, predominantemente, pela ampliação da precarização do trabalho via: diminuição dos empregos nos setores público e industrial; elevação dos empregos domésticos e sem carteira assinada; e aumento das subcontratações. Contudo, vale pontuar que as variações percentuais positivas dos trabalhadores de meia idade no emprego formal celetista e como empregadores também contribuíram para elevar o nível de ocupação deles.

O crescimento significativo do desemprego constituiu-se no aspecto mais grave para os trabalhadores de meia idade na RMS durante a década de 1990, tendo registrado expressivo crescimento em todos os seus tipos: aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. Acrescente-se ainda que o maior período de

**Tabela 5**

**Rendimento real médio dos ocupados de meia idade, segundo atributos selecionados RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Valores em Reais de dezembro de 2002

Atributos selecionados	1987/1988	1997/2002
<b>Total</b>	984	967
<b>Setores de atividade</b>		
Indústria	1.855	1.369
Comércio	890	747
Construção Civil	779	824
Serviços	803	738
Domésticos	159	184
Da produção	1.554	1.195
Pessoais	696	834
<b>Posição na ocupação</b>		
Assalariados	1.199	961
Assalariados do setor privado	996	908
Com carteira	1.285	1.013
Sem carteira	305	417
Assalariados do setor público	1.844	1.230
Autônomo	493	543
Que trabalha para empresa	533	700
Que trabalha para o público	446	456
Empregadores	2.840	2.733
Empregados domésticos	159	189
Demaís	1.839	2.122

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

Nota: O inflator utilizado foi o IPC da SEI.

tempo de procura por trabalho teve o maior crescimento.

No que se refere aos rendimentos dos trabalhadores de meia idade, pôde-se perceber que houve uma reconfiguração de seu padrão, por meio da redução das diferenças dos ganhos setorialmente e do ponto de vista da posição ocupacional, implicando em uma maior equiparação dos rendimentos, porém em um nível mais baixo. Essa nivelamento no padrão distributivo dos rendimentos foi causado, por um lado, pela queda salarial nos setores de atividade e posições ocupacionais mais estáveis e que proporcionam melhores condições de trabalho e, por outro lado, pelo crescimento salarial nos setores e posições mais precários.

Assim, tendo em vista todas as descrições expostas sobre como vêm se processando as mudanças atuais na inserção ocupacional das pessoas de meia idade, torna-se fundamental a interferência ativa por parte do Estado, no sentido de redirecionar, regular e conduzir melhor o cenário de instabilidades, que vem decisivamente sendo refletido no mercado de trabalho.

Essas ações do governo devem ser implementadas, de um lado, através de uma formulação mais ampla de políticas socioeconômicas que tenham como objetivo essencial o empenho em alcançar o aumento do nível de emprego, e de uma política nacional que busque reorientar o país diante do processo de inserção internacional intensificado nos anos 1990, compensando os empregos destruídos pela reestruturação produtiva e, de outro lado, com políticas voltadas para a criação de formas auxiliares de reinserção e permanência das pessoas de meia idade no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal. *Revista Sociologia e política*, Curitiba, n. 19, p. 71– 94, nov. 2002.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro de. Globalização e trabalho: uma resenha da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 52, p. 5 - 44, 2001.
- BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 92 - 109, dez. 2000.
- CARDOSO Jr., José Celso. *Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e limites de seu sistema público de emprego*. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 751).
- DRUCK, Graça. *Terceirização: (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. Salvador: Edufba; Boitempo editorial, 1999. 263 p.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. *Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século*. Salvador: FCE-UFBA, 1995. Mimeografado.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. A desestruturação do mundo do trabalho e o mal-estar desse fim de século. *Caderno do CEAS*, Salvador, n. 171, p. 9 – 29, set./out. 1997.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002. 341p.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais 2003*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil de hoje: os dilemas da CUT. *Revista Plural*, Florianópolis, n. 11, p. 34 – 43, set. 1999.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LEITE, Lopes, J. S. (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. p. 53 - 101.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 119 - 137, 1998.
- \_\_\_\_\_. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: GO-MES, Álvaro (Org.). *O Trabalho no Século XXI: considerações para o futuro do trabalho*. Salvador: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001, p. 35 - 46.
- RODRIGUES, Flávia Santana. *As transformações na inserção das pessoas de meia idade no mercado de trabalho da RMS durante a década de 1990*. Salvador, 2004. 102 p. Monografia (Graduação em Economia) – UFBA, 2004.
- SANTOS, Luís Chateaubriand. *Lições de desigualdade: raça, instrução e oportunidade de trabalho em Salvador*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. p. 111 - 127. (Série Estudos e Pesquisas, v. 62).
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 204 p.
- TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.
- VARGAS, Nilton. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. *Revista Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs/Cortez, p. 155 – 189, 1985.